

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLADORIA**

Certidão negativa de débitos Estadual: fatores relevantes que a empresa localizada no Estado do Paraná deve considerar para emissão e manutenção deste documento.

**Juliana Karine Marcante
Professor Luiz Rogério Farias**

**CURITIBA
2013**

JULIANA KARINE MARCANTE

Certidão negativa de débitos Estadual: fatores relevantes que a empresa localizada no Estado do Paraná deve considerar para emissão e manutenção deste documento.

Monografia apresentada para obtenção de título de Especialista em Controladoria no Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Luiz Rogério Farias.

CURITIBA

2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus que iluminou o meu caminho durante toda esta caminhada.

Agradeço em especial ao meu orientador, Professor Luiz Rogério Farias, pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.

Agradeço aos meus pais, meu irmão, e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Agradeço aos amigos e colegas, pelo incentivo e pelo apoio constantes na realização deste trabalho, em especial a Aline Machado Lopes, Eva Maria Andreiu, Rafaela de Campos Oliveira e Vanessa Agda Barbosa.

RESUMO

Para a sobrevivência e crescimento das empresas em um mundo cada vez mais competitivo, é imprescindível que as mesmas confirmem sua regularidade fiscal, ou seja, provem que não há pendências inscritas na organização.

Deste modo, com base neste cenário é possível constatar a importância das questões envolvidas à emissão da Certidão Negativa de Débito Fiscal ou Positiva com efeito de Negativa.

A certidão é um instrumento que comprova a regularidade fiscal das empresas, e serve para que as organizações continuem competitivas no mercado, ou seja, há determinadas situações em que o contribuinte pode se ver obrigado a comprovar a sua situação perante o Poder Público.

Diante da relevância do tema, o presente trabalho vislumbra apresentar quais os tipos de certidões existentes, como é feito o requerimento, e a emissão da certidão perante o órgão competente do Estado do Paraná (Secretaria de Fazenda do Estado).

Outros fatores apresentados correspondem aos principais óbices à emissão da certidão, além de propor sugestões às empresas, que facilitem a renovação e manutenção de tal documento, aumentando as oportunidades, e diminuindo os gastos com multas e juros.

A principal finalidade deste trabalho é conscientizar aqueles que atuam junto ao processo de obtenção da Certidão Negativa de Débitos, bem como indicar métodos que permitam a diminuição dos impactos negativos ocorridos no processo de renovação das Certidões das empresas localizadas no Estado do Paraná.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	3
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	3
1.2	PROBLEMA DA PESQUISA.....	4
1.3	OBJETIVOS	5
1.4	JUSTIFICATIVA	6
1.5	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	8
2.	REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
2.1	CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS	9
2.2	EXIGÊNCIA DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS	11
2.3	EMISSÃO DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS.....	11
2.4	FINALIDADES DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS	12
2.5	TIPOS DE CERTIDÃO EXISTENTES.....	13
2.6	REQUERIMENTO CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS	13
2.7	MODELO REQUERIMENTO CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS – SEFAZ/PR	15
2.8	PROCEDIMENTO PARA EMISSÃO DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS – SEFAZ/PR.....	15
2.9	IMPORTÂNCIA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS.....	16
2.10	PRINCIPAIS OBICES PARA EMISSÃO DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS	18
2.11	OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA	20
2.12	PRAZO DE VALIDADE DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS	24
3.	METODOLOGIA.....	25
3.1	QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA.....	25
3.2	QUANTO AOS OBJETIVOS.....	25
3.3	QUANTO AOS PROCEDIMENTOS.....	26
4.	SUGESTÕES DE MELHORIAS PROPOSTAS.....	27
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
6.	ANEXOS	31
7.	REFERENCIAS.....	39

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

O sistema tributário brasileiro foi elaborado com base no Código Tributário Nacional (CTN), aprovado em 1966. Nos últimos tempos varias tentativas de Reforma foram apresentadas, no entanto não houve nenhuma mudança significativa. Além da complexidade do sistema tributário há uma grande burocracia estabelecida aos contribuintes, que exige o cumprimento tempestivo de todas as obrigações fiscais.

O tributo é a principal fonte de financiamento sustentável das atividades estaduais. Os órgãos competentes ficam atentos aos valores pagos e informados nas obrigações acessórias enviadas pelos contribuintes, a fim de verificar se os procedimentos realizados na apuração desses condizem com a legislação vigente no estado. Para verificar tais procedimentos, os órgãos auditam as empresas por meio de fiscalizações.

Atualmente as empresas que centralizam e executam diversas atividades administrativas e financeiras de várias unidades de negócio de um grupo empresarial, precisam orçar um valor considerável destinado ao pagamento de multas ocasionadas devido às inconsistências apresentadas nos processos relacionados à apuração dos tributos estaduais, e a entrega das obrigações acessórias de acordo com as exigências e expectativas fiscais.

As pendências tributárias além de gerar prejuízo financeiro ao contribuinte podem impedir a emissão da certidão negativa de débitos estadual que é um documento que comprova a regularidade fiscal da empresa perante a Secretaria de Fazenda do Estado, este documento é indispensável para a participação da empresa em licitações e uso de benefícios fiscais oferecidos pelos estados.

A empresa que deseja participar de licitações deve providenciar e atualizar os documentos e certidões, pois muitos deles demoram dias para serem expedidos, inviabilizando a participação de quem não se preveniu com antecedência, ou seja, a certidão é caráter eliminatório dentre as demais particularidades exigidas no processo licitatório, visto que a certidão é um documento que comprova a regularidade fiscal do contribuinte perante os órgãos competentes.

Logo, levando-se em consideração as informações citadas acima, é importante que a empresa mantenha a certidão negativa de débitos sempre vigente, pois a falta da mesma pode acarretar grandes prejuízos financeiros à empresa, e isso implica diretamente no crescimento da empresa, ou seja, no andamento das atividades exercidas pela companhia.

Sendo assim, tendo em vista a relevância do assunto, e o impacto que as pendências impeditivas a renovação da certidão podem causar à empresa, serão verificados os fatores mais relevantes para apurar os tributos estaduais e entrega das obrigações acessórias, além dos demais itens que podem impedir a emissão deste documento tão importante.

1.2 PROBLEMA DA PESQUISA

O bom empreendedor deve ficar sempre atento aos impostos que incidem sobre seu negócio. Os tributos e contribuições que o contribuinte precisa recolher para os governos federais, estaduais e municipais são variados, e dependem do tipo da atividade exercida pela empresa.

O pagamento dos tributos, e a entrega das obrigações acessórias devem ser realizados de acordo com a legislação estipulada pelo órgão competente, no caso dos tributos estaduais a responsabilidade é das Secretarias de Fazenda dos Estados (SEFAZ). É preciso garantir o correto pagamento dos impostos estaduais no prazo determinado e obrigações acessórias.

Executando essas ações o contribuinte evita cobrança de multas, juros e correções monetárias, tais inadimplências impossibilitam a realização de negócios em que seja necessário apresentar a certidão negativa de débitos.

O Estado para fazer frente a suas despesas, tais como, serviços à população, necessita de recursos, os quais são retirados da riqueza produzida pela população e entidades privadas na forma de tributos. Com a evolução tecnológica foi possível aos Governos (Federal, Estaduais e Municipais) implantarem os chamados cruzamentos eletrônicos de dados, como meio mais eficaz e rápido de se conhecer possíveis sonegações ou inconsistências das informações apresentadas pelos contribuintes.

Desta forma, o contribuinte deve realizar os procedimentos corretos para apuração e entrega das obrigações acessórias para se precaver de fiscalizações que podem gerar multas e juros, acarretando prejuízo à empresa.

A realização de tais procedimentos garante a emissão da certidão negativa de débitos, documento que comprova a regularidade fiscal do contribuinte, e é exigido para participação de licitações e benefícios fiscais oferecidos pelos estados, a fim de estimular o crescimento sócio econômico do estado.

Nos últimos tempos, houve uma melhora significativa no Brasil com relação ao ambiente de negócios. No entanto, algumas áreas ainda necessitam de avanços. Além dos problemas constatados, à medida que a empresa cresce, há outro obstáculo para o desenvolvimento da mesma, a burocracia que afeta diretamente as atividades que influenciam no crescimento da empresa, a emissão deste documento (Certidão Negativa de Débitos) é um exemplo, ou seja, garantir a eficiência deste processo auxiliaria os contribuintes no que diz respeito às decisões quanto ao crescimento econômico da empresa.

Diante da situação apresentada, isto é, da importância da certidão negativa de débitos (CND) na atividade econômica no Estado do Paraná, e as dificuldades encontradas pelas empresas para obter tal documento, e o que poderia ser feito para melhorar o processo, a questão de pesquisa da presente investigação é a seguinte: **Certidão negativa de débitos Estadual: fatores relevantes que a empresa localizada no Estado do Paraná deve considerar para emissão e manutenção deste documento.**

1.3 OBJETIVOS

Os objetivos tem a finalidade de conduzir o presente estudo. O objetivo geral tem como papel responder a questão do problema de pesquisa, enquanto os objetivos específicos tendem a representar as etapas essenciais para atingir o objetivo geral determinado.

Para Sampieri, Collado e Lúcio (2006, p.35), “[...] tais objetivos devem ser possíveis de alcançar; são as orientações do estudo, e é preciso tê-los em mente durante todo o seu desenvolvimento”.

(i) GERAL

Relatar os aspectos que influenciam a gestão dos tributos estaduais, citando os procedimentos utilizados para obtenção e emissão da Certidão Negativa de Débitos no Estado do Paraná, mencionando os tipos de certidões existentes, e apresentando as inconsistências mais comuns ocorridas no momento da emissão da CND, que dizem respeito à apuração dos impostos e entrega das obrigações acessórias solicitadas pela Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná.

(ii) ESPECIFICOS

Averiguar as principais práticas utilizadas pelas empresas que prestam serviços a várias unidades de negócio localizadas no Estado do Paraná com relação à apuração dos impostos estaduais e entrega das obrigações acessórias.

Identificar dentre as praticas utilizadas, aquelas que possuem maior impacto (débitos e incidência de multa) à empresa.

Informar quais os tipos de certidões existentes e suas respectivas funcionalidades.

Apresentar quais são os procedimentos utilizados para obtenção e emissão da Certidão Negativa de Débitos junto ao Estado do Paraná.

Verificar quais os principais óbices para emissão da certidão negativa de débitos e propor melhorias nos processos com base no que está determinado na legislação do Estado do Paraná.

1.4 JUSTIFICATIVA

Devido à experiência profissional vivenciada é perceptível à necessidade de uma revisão constante dos processos utilizados para apuração dos impostos estaduais, e consequente entrega das obrigações acessórias realizadas pelas empresas que centralizam e executam varias atividades administrativas e financeiras de diversas unidades de negócio de um grupo empresarial.

São frequentes as fiscalizações (que podem ser emitidas pelos agentes fiscais federais, estaduais e municipais) enviadas aos contribuintes, e o numero tem aumentado significativamente.

Os órgãos estão aperfeiçoando seus sistemas internos, tornando o cruzamento das informações (valores pagos e declarados pelo contribuinte) mais eficientes, e consequentemente a ação fiscalizadora esta sendo mais ágil.

O artigo 195 do Código Tributário Nacional (CTN) permite que os fiscais examinem as mercadorias e suas respectivas notas fiscais, livros, arquivos magnéticos, documentos e papéis de propriedade do contribuinte, com o objetivo de verificar a ocorrência do fato gerador e ainda conferir ou calcular o montante do tributo devido.

Sendo assim, a empresa não deve interromper o trabalho da fiscalização, pelo contrário, precisa estar sempre pronta e disposta a esclarecer os questionamentos apontados pelo fisco.

As revisões e ações de melhorias, necessárias para garantir a qualidade da apuração e entrega das respectivas obrigações acessórias exigidas pela legislação estadual, impactam diretamente no valor despendido com o pagamento de multas e juros pelas empresas.

Se estes procedimentos forem aplicados repetidamente nas atividades relacionadas à apuração e entrega de obrigações acessórias, a empresa usufruirá de vários benefícios como, por exemplo: diminuição com gastos desnecessários (multas), redução de custos com processos jurídicos (nos casos em que o debito ficar em divida ativa), redução do retrabalho (nos casos em que é preciso retificar as obrigações acessórias entre outros).

Sem a inscrição de débitos, a empresa consegue além de garantir o atendimento às fiscalizações com qualidade e agilidade, emitir a certidão negativa de débitos tranquilamente, o que influencia diretamente na participação da organização em licitações e o uso de benefícios fiscais.

Tais incentivos e benefícios fiscais estão diretamente ligados ao desenvolvimento econômico do Estado, pois privilegiam tanto as empresas que residem no local, como também aquelas que vierem a se instalar ou expandir suas atividades.

É importante ressaltar, que as espécies de benefícios mais relevantes correspondem às isenções, as anistias, os diferimentos, as reduções de alíquota e base de cálculo, além do crédito presumido, isto é, os benefícios oferecidos pelos órgãos competentes podem impactar significativamente o desenvolvimento das empresas, podendo acarretar lucros inestimáveis.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

A estrutura do trabalho é composta pela introdução, definindo o problema de pesquisa, o objetivo geral e os respectivos objetivos específicos, e a justificativa. Na sequência será apresentado o referencial teórico, o qual fundamenta o trabalho em questão.

Será descrito a metodologia adotada, identificando o trabalho quanto à abordagem do problema constatado, aos objetivos propostos e aos procedimentos utilizados.

Serão percorridos os principais fatores que a empresa deve considerar para que a apuração dos tributos estaduais seja feita corretamente, bem como a entrega das obrigações acessórias correspondentes, de acordo com a legislação vigente do Estado do Paraná.

Isto é, serão apresentados fatores indispensáveis para que não existam débitos e a incidência de multas provocadas pela omissão ou incorreção de informações, e por fim, as considerações finais e as recomendações para a organização.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

A Certidão trata-se de um documento advindo de autoridade ou agente do Poder Público, que tem por função provar ou confirmar determinado ato ou fato. Sendo assim, são provas documentais, que constituem garantia da veracidade do afirmado em favor de terceiro.

A CND (Certidão Negativa de Débitos) traduz a realidade na qual a empresa encontra-se regular perante o Fisco, isto é, não existem débitos inscritos. Isto é, trata-se de um documento que comprova a regularidade fiscal e cadastral do contribuinte perante o órgão competente. Neste caso o órgão corresponde a Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná (SEFAZ).

De acordo com o autor Seixas Filho, consiste:

“Conforme o Artigo 205, a certidão negativa, isto é, a certidão em que conste não existir algum débito tributário em nome do requerente, é o documento que prova a regularidade da situação tributária do mesmo, de sua quitação perante o Fisco. FILHO. Aurélio Pitanga Seixas. Comentário ao código tributário nacional. 4º edição. Rio de Janeiro: Forense, p. 504.”

Este documento é imprescindível para as empresas participarem de licitações e concorrências públicas, ou conseguirem empréstimos em bancos, por exemplo. As empresas são obrigadas a seguir a Lei 8.666 de 21 de Junho de 1.993, denominada como Lei das Licitações, que regulamenta os procedimentos que devem ser seguidos à aquisição de bens e serviços.

Existem duas situações em que a empresa terá direito de obter a Certidão Negativa de Débitos (CND), a primeira se dá quando não há existência de débitos tributários vencidos em aberto perante a Secretaria de Fazenda do Estado, e a segunda acontece quando há débitos tributários vencidos, no entanto estejam com sua exigibilidade suspensa (ocasião em que será emitida a certidão positiva com efeito de negativa), ou seja, a empresa necessita comprovar que esta regular junto a Administração Tributária expedidora.

O contribuinte possui o direito de obtenção da Certidão, ou seja, trata-se de um direito fundamental previsto na Constituição de 1988, em seu 5º Artigo:

“Art.” 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

b) “a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;”.

Apesar de tal direito seu conteúdo pode ser classificado como negativa, positiva com efeito de negativa ou positiva. A grande maioria das certidões traz em seu corpo, além dos dados cadastrais do contribuinte, uma data de validade, ou a abrangência dos débitos e/ou pendências verificadas caso não ocorra sua emissão.

Com o avanço da tecnologia e da Internet, atualmente a grande maioria destas certidões pode ser solicitada, emitida e validada eletronicamente. Seu uso se dá normalmente quando uma pessoa jurídica se propõe a prestar um serviço, fornecimento ou a uma vaga junto a empresas públicas.

Há algumas empresas privadas também utilizam deste recurso para aprovar cadastros, contratos e para seleção de empresas parceiras e/ou fornecedores.

Atualmente algumas Certidões ainda são emitidas em papel, muitas vezes com assinaturas, dispositivos de segurança e selos personalizados, de modo a evitar a falsificação e uso indevido das mesmas. Quando tal documento é emitido desta forma é comum ao solicitante da mesma não entregar o original, quando é solicitada a sua apresentação, pois os solicitantes em geral retêm o documento apresentado para fins de arquivo e futuras solicitações.

A única opção é a apresentação de uma cópia autenticada em cartório no lugar da Certidão Negativa de Débitos original. Esta autenticação possui um preço elevado uma vez que é cobrada por folha, e muitas vezes a necessidade de apresentação de diversos documentos em licitações, contratos e demais necessidades de comprovação. Logo, os órgãos competentes investiram em formas de facilitar a solicitação, emissão e autenticação destas certidões.

Hoje em dia, é muito comum que os órgãos responsáveis pela emissão das Certidões possuam em seus sites, serviços de emissão e consulta das CNDs. Em geral, esses documentos são emitidos através destes serviços, os quais contêm códigos de controle, ou referências a endereços eletrônicos que visam confirmar a autenticidade do documento.

Esta opção além de trazer a economia visível com cartórios, pessoal e recursos, trás bastante agilidade e credibilidade ao processo de consulta e obtenção das Certidões.

2.2 EXIGÊNCIA DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

A exigência de Certidão Negativa de Débitos Estadual corresponde atualmente a um dos maiores empecilhos ao desenvolvimento de diversas atividades, especialmente daquelas que abrangem vínculos com o Poder Público.

Verificam-se muitos casos em que o contribuinte se vê obrigado a pagar tributos, ainda que os considere indevidos, apenas porque sem tal pagamento simplesmente não poderá emitir a Certidão Negativa de Débitos, indispensável às novas contratações, aquisição de empréstimos,

Ou seja, o contribuinte por vezes é prejudicado em sua atividade por simples questões burocráticas, quando na verdade nem é devedor do tributo. Ou é devedor de quantias insignificantes, e ao ser advertido do fato já não há tempo para o pagamento.

A exigência da Certidão se dá através do Código Tributário Nacional, Art. 205. “A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período”.

2.3 EMISSÃO DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

A emissão da Certidão Negativa de Débitos no estado do Paraná será fornecida ao contribuinte desde que não existam pendências de natureza tributária, inscritas ou não em dívida ativa, e não tributária inscrita em dívida ativa, apresentadas em seu nome.

Atualmente, há uma Norma que regulamenta tal procedimento no Estado do Paraná denominada Nº 0412012, publicada em 14 de maio de 2012.

Vale lembrar, que o método estipulado para emissão das certidões pode variar de acordo com a legislação pertinente de cada Estado.

2.4 FINALIDADES DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

No estado do Paraná existem várias finalidades para requerer a certidão negativa de débitos, ou seja, o contribuinte pode solicitar a emissão da certidão por diversos motivos, o mais comum refere-se à participação de licitações, e Baixa de cadastro. Abaixo segue as finalidades estipuladas na Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná:

- ✓ Doação ou transmissão “causa mortis” de propriedade de imóvel: ou seja, quando da transmissão de bens ou direitos como herança, diferença de partilha ou doação.
- ✓ Venda de imóvel: quando há interesse do contribuinte de realizar a venda do imóvel.
- ✓ Baixa de cadastro: quando o contribuinte constata que não há mais necessidade de manter a empresa ativa. A baixa da empresa é feita exclusivamente via internet, e só é realizada mediante a comprovação da regularidade fiscal junto a Secretaria de Fazenda do Estado.
- ✓ Licitação: trata-se do procedimento pelo qual a administração pública elege seus futuros contratados para aquisições, execução de obras e prestação de serviços, assegurando a igualdade de condições entre as empresas concorrentes na disputa, com objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa e promover o desenvolvimento sustentável do estado. É importante salientar ainda que a Lei de Licitações (LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993) determina que a empresa mantenha, durante a vigência do contrato, as condições por ela inicialmente assumidas, bem como todos os requisitos solicitados pela administração pública para sua habilitação no procedimento licitatório.
- ✓ Financiamento: refere-se a uma dívida adquirida através de uma operação financeira junto a um banco ou financeira, com um período pré-estabelecido para a quitação dos valores financiados. Depois de realizada a dívida, o credor automaticamente assumi o recurso que foi emprestado e também os valores dos juros e taxas incluídos no contrato.

- ✓ Arrolamento ou Inventário: o arrolamento é um procedimento simplificado do inventário e da partilha, que será admitido quando os herdeiros optarem pela partilha amigável.
- ✓ Cadastro nas empresas ou órgãos públicos: formalizar a criação da empresa perante os órgãos responsáveis.
- ✓ Alteração de contrato social na Junta Comercial (Decreto nº 4121/94): ou seja, quando há mudanças no contrato social da empresa.
- ✓ Simples verificação: objetiva verificar se o há alguma pendência inscrita na empresa, ou seja, para fins de manutenção da certidão e controle da situação da empresa perante Sefaz.
- ✓ Pedido para uso de sistema de processamento de dados;
- ✓ Outros: caso essa opção seja selecionada no requerimento é necessário especificar a finalidade desejada.

2.5 TIPOS DE CERTIDÃO EXISTENTES

Com base no Código Tributário Nacional (CTN) as certidões são classificadas em três tipos detalhados abaixo:

1. Certidão Negativa de Débitos (CND) – descrita no art. 205 e que atesta a inexistência de pendências tributárias.
2. Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPEN) - admitida pelo art. 206, certifica a existência de obrigações tributárias não exigíveis inscritas contra o contribuinte, equivalendo por expressa determinação do dispositivo à certidão negativa de débitos.
3. Certidão Positiva de Débitos (CPD) – constata a existência de débitos tributários plenamente exigíveis registrados contra o contribuinte.

2.6 REQUERIMENTO CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

O procedimento para requerer a certidão negativa de débitos pode variar de acordo com a legislação estipulada em cada estado. Por exemplo, no Estado do Rio de Janeiro, o requerimento da Certidão Negativa de Débitos ainda é feito diretamente junto ao órgão competente, ou seja, é necessário que o contribuinte se

dirija ate a repartição fiscal competente na Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro (SEFAZ/RJ), pois ainda não foi disponibilizada à empresa, a possibilidade da emissão da CND pela Internet. De acordo com SEFAZ/RJ o aplicativo para tal emissão (via internet) já esta sendo desenvolvido.

O requerimento deste documento (Certidão Negativa de Débitos – CND) deve ser realizado conforme modelo de pedido em vigor (disponível no site da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro).

A SEFAZ/RJ cobra ainda uma taxa para obtenção da CND, denominada como Taxa de Serviços Estaduais, sua exigência legal esta prevista nos artigos 104 e 107 do Decreto-lei nº 5/75 (Índice Sistemático do Código Tributário do Estado do Rio de Janeiro), o valor da tarifa corresponde a R\$ 40,13 atualmente.

Com relação ao estado do Paraná, a Certidão de Débitos deverá ser solicitada mediante um requerimento, também elaborado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná, preenchido de forma legível, assinado pelo requerente ou seu representante legal, indicando a finalidade a que se destina e o número de identificação do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

O pedido será considerado realizado por ocasião do preenchimento e da impressão no requerimento, disponível na internet, no endereço (<http://www.fazenda.pr.gov.br>), com as informações necessárias à solicitação da Certidão de Débitos Tributários, e de Dívida Ativa Estadual, e sua protocolização na repartição fiscal.

O requerimento em questão deverá ser acompanhado de cópia da cédula de identidade do signatário, de instrumento público ou particular de procuração e eventuais sub-rogações, todos com firma reconhecida, da documentação que comprove a suspensão de exigibilidade dos débitos ou da existência de penhora de bens, se for o caso, cuja avaliação seja igual ou superior ao montante do débito atualizado.

No que diz respeito ao contribuinte inscrito no CAD/ICMS (Cadastro de Contribuintes do ICMS), a Certidão de Débitos deverá ser solicitada na Agência da Receita Estadual do seu domicílio tributário, ou seja, o local residente do contribuinte.

O requerente contribuinte pessoa jurídica, que possuir vários estabelecimentos no Estado, poderá protocolizar o requerimento de Certidão de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual no domicílio tributário de qualquer dos

seus estabelecimentos. Por exemplo, caso a empresa tenha filiais alocadas em Maringá e Curitiba, a certidão negativa de débitos de ambas as empresas podem ser solicitadas tanto em Curitiba quanto em Maringá.

O processo de requerimento mencionado acima será dispensado quando a Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual for emitida via internet, no endereço da Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná (<http://www.fazenda.pr.gov.br>), ou quando a Certidão Positiva de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual com Efeitos de Negativa-Automática for emitida também via internet.

Sendo assim, é possível verificar que ainda não existe um padrão utilizado por todos os estados, fica a critério de cada Estado estipular qual o processo deve ser realizado para obtenção das certidões, e quais os documentos necessários para tal pedido.

2.7 MODELO REQUERIMENTO CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS – SEFAZ/PR

O modelo para requerimento da Certidão Negativa de Débitos consta nos anexos desse trabalho. Este documento está disponível no site da Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná. A estrutura do requerimento pode variar de acordo com a legislação de cada Estado.

2.8 PROCEDIMENTO PARA EMISSÃO DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS – SEFAZ/PR

O procedimento para emissão da certidão negativa de débitos estaduais, bem como o processo utilizado para requerimento da mesma, pode variar de acordo com a legislação de cada estado, e ainda pode sofrer alterações, tendo em vista as constantes mudanças nas legislações dos impostos estaduais.

Existem três formas distintas, tendo em vista a situação fiscal atual da empresa junto ao órgão competente (Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná), conforme explicado abaixo:

- ✓ Emissão através da internet, no site da Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná - SEFAZPR (<http://www.fazenda.pr.gov.br>), no caso de se tratar de Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual, ou seja, não há pendências inscritas na empresa;
- ✓ Feita pela internet, no endereço (<http://www.receita.pr.gov.br/receitapr>) ao usuário, pessoa jurídica cadastrada no Receita/PR, ou seja, o contribuinte possui usuário e senha cadastrados junto a SEFAZ. Desde que todas as suas pendências se enquadrem nas situações previstas pela legislação vigente do Estado do Paraná, quando se tratar da Certidão Positiva de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual com Efeitos de Negativa - Automática;
- ✓ Terminal de processamento de dados, e assinada pelo Auditor Fiscal devidamente identificado, à vista do requerimento do interessado, quando se tratar da Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual-Autorizada; da Certidão Positiva de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual com Efeitos de Negativa-Autorizada ou Automática e da Certidão Positiva de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual.

2.9 IMPORTÂNCIA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

A certidão Negativa de Débitos é exigida em situações que seja necessário provar que não possui pendências junto aos órgãos públicos, sua relevância varia de acordo com a finalidade requerida pelo contribuinte, por exemplo, baixa de cadastro, solicitação de financiamentos, compra e venda de imóveis, participação de processos licitatórios, entre outros.

Para exemplificar a importância que a certidão possui, e o impacto que ela exerce no desenvolvimento da organização, pode ser citado um caso que ocorreu em 26 de março de 2013, com o Clube do Flamengo. O principal objetivo da diretoria desde que assumiu a administração do Clube era quitar as dívidas, e consequentemente adquirir a Certidão Negativa de Débitos, a qual o Clube não possuía há muito tempo, o que impedia o aumento na arrecadação e crescimento do número de patrocinadores.

Apesar de ter fechado com a Peugeot por um período de três anos, a organização estava em busca de novos patrocinadores, mas para isso seria necessário um documento atestando a regularidade fiscal do time perante os órgãos competentes. A Caixa Econômica Federal estava dentre um dos candidatos a expor a marca na camisa rubro negra, no entanto sem a Certidão o Clube não poderia receber verba de patrocínio estatal.

Um dos diretores do Time, Eduardo Bandeira de Mello, comentou em uma coletiva de imprensa que “A Certidão Negativa de Débitos (CND) nos abre recursos provenientes das Loterias, que estão retidos naquele projeto da Confederação Brasileira de Clubes, recursos de incentivos fiscais, que vão permitir que a gente comece a virar o jogo também, nos esportes olímpicos. E só o fato de você ter essa certidão, já é do ponto de vista moral uma vitória. A Certidão significa que a gente não tem nenhuma dívida vencida com o governo.”

Ou seja, sem a Certidão o Clube do Flamengo não conseguia prever a entrada de recursos pela incidência de penhoras. No entanto, após muito esforço para quitar as dívidas o Flamengo conseguiu emitir a Certidão, o que trouxe ao grupo possibilidades de ser patrocinados por estatais, aumento na arrecadação do Time, e maior respeito aos clubes do mundo.

Diante do fato exposto, pode-se concluir o quão necessário é para o bom desenvolvimento dos negócios, obter esse documento (CND) e mantê-lo sempre atualizado.

A PricewaterhouseCoopers (Pwc), empresa que trabalha de forma integrada na prestação de serviços de Assessoria Tributária e Empresarial, e de Auditoria realizou um estudo relativo ao processo de obtenção de Certidões Negativas e os impactos na atividade empresarial brasileira, com grupos empresariais selecionados dentre quatro segmentos econômicos: indústria, comércio, finanças e serviços. Para cada segmento, foram selecionadas as vinte maiores pessoas jurídicas por patrimônio líquido, e as vinte melhores empresas por rentabilidade patrimonial, utilizando-se como base de seleção para amostragem o “ranking” divulgado pela Revista Valor Econômico, edição de novembro de 2007.

Neste estudo foram apresentados vários fatores que influenciam a Certidão Negativa de Débitos. O fator mais relevante é que ano de 2006, 92,6% do total dos entrevistados afirmaram já ter retardado, ou deixado de concluir, negócios em

decorrência da não obtenção tempestiva da CND e apenas 7,4% não retardou ou perdeu negócios por esta razão.

Ainda de acordo com estudos da PricewaterhouseCoopers, a burocracia para se obter a Certidão Negativa de Débitos é um entrave característico de nosso país, que dificulta os negócios e compromete a competitividade das empresas brasileiras.

A importância da CND é tão grande, que hoje é impossível que uma empresa que não a possua, venha a participar de processos licitatórios, concorrências públicas, consigam empréstimos em bancos oficiais, mantenham regularidade perante as agências reguladoras, dentre outros empecilhos que acabam por muitas vezes inviabilizando a atividade empresarial.

A burocracia para obtenção desse documento muitas vezes leva mais tempo do que sua validade (que varia de acordo com a legislação de cada estado), por isso ações urgentes devem ser tomadas para que a certidão fique sempre vigente. O acompanhamento constante da regularidade fiscal da empresa perante o órgão competente é uma das ações que pode ajudar a emissão mais eficaz.

As empresas devem além de possuir alta sensibilidade ao mercado, através de um mapeamento constante de novas oportunidades e de novas tendências de comportamento dos clientes, precisam manter vigente a Certidão Negativa de Débitos, pois se trata de um dos principais fatores que influenciam no desenvolvimento econômico e financeiro da organização.

Ou seja, a sobrevivência das empresas está diretamente ligada à existência da CND. Sem esse documento a organização pode acarretar grandes prejuízos, gerando desemprego, diminuição de riqueza circulante, e ainda o desestímulo a continuidade das atividades empreendedoras em nosso país.

2.10 PRINCIPAIS OBICES PARA EMISSÃO DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

As empresas rotineiramente encontram grandes dificuldades ao emitir a Certidão Negativa de Débitos Estadual, pois podem existir diversas pendências impeditivas à renovação desse documento, tais pendências são determinadas de acordo com a legislação vigente do estado, ou seja, podem sofrer alterações de estado para estado.

De acordo com a Norma de Procedimento Fiscal 0412012, criada pela Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná, a Certidão Negativa de Débitos Estadual não será emitida nos seguintes casos:

- ✓ Possua estabelecimento em situação irregular no Cadastro de Contribuintes do ICMS - CAD/ICMS, ou seja, caso exista varias filiais de um mesmo grupo no Estado, se uma filial possuir pendências impactará na emissão das demais Certidões.
- ✓ Apresente omissão ou irregularidade na entrega da Guia de Informação e Apuração do ICMS - GIA/ICMS, isto é todas as obrigações acessórias devem ser entregues, conforme previsto na legislação do Estado do Paraná, e sem que haja nenhuma inconsistência.
- ✓ Apresente omissão na entrega de arquivos magnéticos, além da GIA há outras obrigações acessórias, como é o caso do SINTEGRA.
- ✓ Esteja em situação irregular em relação às obrigações tributárias acessórias, logo as obrigações acessórias relativas às inscrições substituto tributárias também devem ser consideradas, por exemplo: GIA ST;
- ✓ Seja parte em processo administrativo fiscal ou em executivo fiscal;
- ✓ Esteja incluída no polo passivo de empresa que apresente pendências de natureza tributária, inscritas ou não em dívida ativa, e não tributária inscrita em dívida ativa, ou que responda por descumprimento de obrigações tributárias acessórias;
- ✓ Conste do quadro societário de empresa com estabelecimento cancelado no CAD/ICMS, isto é todas as filiais inscritas devem estar ativas junto a Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná.

Com relação à Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa, o documento será fornecido ao requerente nas situações em que as pendências de natureza tributária, inscritas ou não em dívida ativa, e não tributária inscritas em dívida ativa, registradas em seu nome, ou pelas quais tenha sido responsabilizado, estejam:

- ✓ Com a exigibilidade suspensa em virtude de:

1. Parcelamento sem inadimplência e devidamente formalizado mediante o pagamento da primeira parcela e a entrega dos documentos exigidos;
 2. Moratória;
 3. Depósito do seu montante integral, para emissão da Certidão Positiva de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual com Efeitos de Negativa, o depósito judicial ou administrativo deverá estar devidamente cadastrado no DAE - Sistema de Dívida Ativa do Estado;
 4. Reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo administrativo fiscal;
 5. Concessão de medida liminar em mandado de segurança;
 6. Concessão de medida liminar ou tutela antecipada, em outra espécie de ação judicial.
- ✓ Em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora de bens cuja avaliação seja igual ou superior ao montante do débito atualizado.
 - ✓ Quando se tratar de pessoa jurídica, deverá, também, ser observado: não possua estabelecimento em situação irregular no Cadastro de Contribuintes do ICMS - CAD/ICMS, e não conste do quadro societário de empresa com estabelecimento cancelado no CAD/ICMS.

2.11 OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

A obrigação tributária consiste na relação jurídica em virtude da qual o contribuinte (sujeito passivo) tem a obrigação de prestar dinheiro ao Estado (sujeito ativo), ou de fazer, não fazer ou tolerar algo no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos, e o Estado tem o direito de instituir contra o particular um crédito. Conforme o seu objeto, as obrigações podem ser classificadas, conforme estabelecido no Código Tributário Nacional (CTN) em principal ou acessória.

Para Borba, obrigação tributária é:

“É a relação jurídica que tem por objeto uma prestação, positiva ou negativa, prevista na legislação tributária, a cargo de um particular e a favor do Estado, traduzida em pagar tributo ou penalidade ou em fazer alguma coisa no interesse do Fisco ou ainda em abster-se de praticar determinado

ato, nos termos da lei. (BORBA, Cláudio. Direito tributário: teoria e 600 questões, p.186).”

O Código Tributário Nacional conceitua as obrigações tributárias no Artigo 113, diferenciando-as em principal e acessórias:

“Art. 113. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

§ 3º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.”

A definição do fato gerador de ambas as obrigações são definidas no Código Tributário Nacional (CTN), artigos 114 e 115:

Art. 114. “Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente a sua ocorrência”.

Art. 115. “Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal”.

A obrigação principal surge em decorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento do tributo, ou seja, o dever de pagar o tributo propriamente dito (portanto, obrigação de dar), eventualmente acrescido de juros e multas. O objeto da obrigação principal é sempre de natureza patrimonial. De acordo com Machado:

“Na terminologia do Direito privado diríamos que a obrigação principal é uma obrigação de dar. Obrigação de dar dinheiro, onde o dar obviamente não tem o mesmo sentido de doar, mas de adimplir o dever jurídico MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 23 ed. São Paulo: Malheiros, 2006.”

A obrigação acessória decorre da legislação tributária, e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos. Na realidade, trata-se de deveres instrumentais, que auxiliam o fisco nas suas atividades.

Ao contrário da obrigação principal o objeto da obrigação acessória é sempre não patrimonial, é uma obrigação de fazer, não fazer ou tolerar.

O Autor Machado afirma que:

“A obrigação é um primeiro momento da relação tributária. Seu conteúdo ainda não é determinado e seu sujeito passivo ainda não está formalmente identificado. Por isso mesmo que a prestação respectiva ainda não é exigível. Já o crédito tributário é um segundo momento na relação de tributação. No dizer do Código Tributário Nacional, ele decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta, art. 139. MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário, p. 141.”

Para os contribuintes adeptos ao regime de Normal, a obrigação principal refere-se ao recolhimento do ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) deve ser realizado de acordo com o Regulamento vigente no Estado do Paraná, ou seja, mensalmente, no mês subsequente ao da apuração, a data do vencimento do imposto é de acordo com o algarismo final da Inscrição Estadual da empresa, desprezando-se os dígitos verificadores, conforme apresentado abaixo.

Vale ressaltar que o código informado no documento de arrecadação do imposto deve ser igual à descrição do tipo de recolhimento efetuado. No site da Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná, há uma relação disponível com os códigos da Receita do ICMS (em anexo). De acordo com a legislação vigente o código para o Regime Normal de Apuração é 1015.

As obrigações acessórias pertinentes aos contribuintes citados no parágrafo acima são: SINTEGRA (Tabela I do Anexo VI do RICMS/PR. Convênio ICMS 57/95 e suas alterações) e GIA.

Com relação ao arquivo magnético (SINTEGRA) de acordo com o Art. 407 do RICMS/PR, todo contribuinte que emite documento fiscal (Nota Fiscal, Cupom Fiscal ou Conhecimento de Transporte, etc.) por processamento de dados, ou faça a escrituração de Livro Fiscal por processamento de dados, deve:

Art. 407. O contribuinte de que trata este Capítulo deverá remeter às Secretarias de Fazenda, Finanças ou Tributação das unidades federadas, até o dia quinze de cada mês, arquivo com registro fiscal das operações e prestações efetuadas no mês anterior (Convênio ICMS 69/02).

De acordo com Inciso XX, Art. 55 da Lei 11.580/96 há uma multa equivalente a 20 (vinte) UPF/PR – Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná, por período de

apuração do imposto, ao contribuinte que omitir ou prestar incorretamente as informações em meios magnéticos.

Existe uma obrigação acessória anual, denominada GI (Guia de Informação das Operações e Prestações Interestaduais) a qual se refere a um demonstrativo anual, baseado na escrita fiscal do ICMS do contribuinte, abrangendo os valores relativos ao valor total das entradas e saídas interestaduais, discriminados por Unidade da Federação. Esse demonstrativo destina-se à apuração da Balança Comercial entre as Unidades da Federação para orientação da política tributária nacional.

Esta obrigada a tal obrigação somente os contribuintes inscritos no Cadastro de Contribuintes do ICMS no Estado do Paraná, que optaram pelo regime normal de tributação. Pessoa jurídica “Ativa” que tenha exercido atividade no Ano-base, Pessoa jurídica “Inativa”, cuja inscrição tenha sido paralisada ou cancelada durante o exercício em questão, e Pessoas jurídicas que “encerrarem” as atividades no exercício atual.

Há casos em que há incidência de substituição tributária (Regime definido pelo artigo 128 do Código Tributário Nacional (CTN), o qual permite que a lei atribua a responsabilidade pelo recolhimento do tributo à outra pessoa, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este supletivo.), o vencimento do imposto varia de acordo com os produtos sujeitos a esse regime.

Assim como o Regime Normal, o Regime de Substituição tributária possui um código de recolhimento específico que é o

Para esses contribuintes é necessário apresentar a obrigação acessória denominada GIA ST referente às operações e prestações realizadas no período anterior até o dia do vencimento do imposto, a qual deverá ser transmitida mensalmente, por meio eletrônico, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da realização das operações, arquivo magnético com registro fiscal das operações interestaduais efetuadas no mês anterior (ou com seus registros totalizadores zerados no caso de não terem sido efetuadas operações no período).

2.12 PRAZO DE VALIDADE DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

O prazo de validade da certidão também varia de acordo com a legislação de cada Estado, no Estado do Paraná a CND é válida por 120 (cento e vinte) dias, e é válida por 60 (sessenta) dias para as certidões de dívida ativa.

3. METODOLOGIA

A Metodologia é a descrição detalhada dos métodos, técnicas e processos seguidos na pesquisa, essa ciência oferece procedimentos e caminhos para se atingir a realidade teórica e prática de um determinado campo de estudo.

É a disciplina que trata do método científico, refere-se à estrutura das diferentes ciências, e se baseia na análise sistemática dos fenômenos e na organização dos princípios e processos racionais e experimentais.

3.1 QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA

A metodologia utilizada nesta pesquisa é classificada como qualitativa, tendo em vista que os dados utilizados para análise não possuem medição numérica, ou seja, trata-se de um estudo de caso documental (este tipo de pesquisa examina a realidade presente, isto é, trabalha sobre dados ou fatos colhidos da própria realidade).

Para Gil (1991, p. 52), a pesquisa documental apresenta uma série de vantagens: "os documentos constituem fonte rica e estável de dados" e "exige apenas disponibilidade de tempo, o custo da pesquisa torna-se significativamente baixo", e também "não exige contato com sujeitos da pesquisa".

Ainda de acordo com Gil (2008), a pesquisa documental possui estreitas semelhanças com a pesquisa bibliográfica. A principal diferença entre as duas é a natureza das fontes: na pesquisa bibliográfica os assuntos abordados recebem contribuições de diversos autores; na pesquisa documental, os materiais utilizados geralmente não receberam ainda um tratamento analítico.

A uma abordagem qualitativa segundo Sampieri, Collado e Lucio (2006, p.19), "[...] não mede numericamente os fenômenos estudados nem tampouco tem como finalidade generalizar os resultados de sua pesquisa; não realiza análise estatística, seu método de análise é interpretativo, contextual e etnográfico".

3.2 QUANTO AOS OBJETIVOS

O objetivo do estudo da pesquisa é descritivo, pois visa observar, registrar analisar e correlacionar fenômenos ou fatos, sem interferir no ambiente analisado. Consiste na análise e descrição de características ou propriedades, ou ainda das relações entre estas propriedades em determinado fenômeno;

Logo, será feito um estudo de todos os fatos já vivenciados na empresa, e por meio dessas experiências, serão retiradas as devidas interpretações e formuladas as conclusões necessárias a serem observadas. Verificando-se os principais fatores que podem impactar na obtenção da Certidão Negativa de Débitos.

Segundo Raupp e Beuren (2003, p. 81), “A pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinadas populações ou fenômenos ou o estabelecimento de relação entre as variáveis”.

Outro objetivo utilizado é a pesquisa explicativa, a qual como o próprio nome diz tem como finalidade explicar a razão, uma vez que aprofunda o conhecimento de uma dada realidade. Nesse tipo de objetivo é possível verificar quais os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos.

3.3 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS

Segundo Beuren e Raupp (2003, p. 83), “Os procedimentos na pesquisa científica referem-se à maneira pela qual se conduz o estudo e, portanto, se obtêm os dados”.

Com relação aos procedimentos, o presente trabalho trata-se de uma pesquisa documental, a qual tem como objetivo investigar fontes primárias que se constituem de dados que não foram codificados.

Para FONSECA, a pesquisa documental define-se como:

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas,

tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Ou seja, a pesquisa documental é a análise de documentos que ainda não foram analisados, é aquela em que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos escritos ou não.

4. SUGESTÕES DE MELHORIAS PROPOSTAS

As sugestões de melhoria apresentadas para processos progresso na obtenção da Certidão Negativa de Débitos perante o Estado do Paraná foram elaboradas com base nos principais óbices apresentados neste trabalho à emissão da CND, documento este, indispensável para o desenvolvimento do contribuinte.

Inicialmente, uma Reforma Fiscal, seria imprescindível à estabilidade da economia não só do Estado, mas também no cenário mundial.

Fundamenta-se na ideia de Reforma Tributária voltada a transmitir maior eficiência do sistema tributário dos estados, seja do ponto de vista da Administração, seja da perspectiva dos contribuintes.

Sabe-se que para atrair investimentos, e consequentemente mais riqueza e geração de renda para o estado, vários governos promovem diversos incentivos às empresas, incentivos que podem ser isenção de impostos, infraestrutura, etc.. Ou seja, há uma disputa, entre cidades e estados, para ver quem oferece melhores incentivos para que as empresas se instalem em seus territórios, isto é a denominada Guerra Fiscal.

A proposta de reforma tributária poderia resolver três problemas principais no sistema tributário: a cumulatividade de parte dos impostos e contribuições, a guerra fiscal entre os estados, e a sua complexidade.

Outro fator incisivo à maior facilidade da obtenção da Certidão seria um acompanhamento continuo por parte dos contribuintes, da situação em que se encontra a empresa perante o órgão competente, neste caso a Secretaria de Fazenda do Estado. Essa ação garante a manutenção da Certidão Negativa de Débitos. Pois se acompanhado o conta corrente (situação do contribuinte perante SEFAZ), da empresa frequentemente, os débitos podem ser tratados com antecedência, evitando assim futuras fiscalizações, e débitos impactantes à emissão do documento.

É possível ainda que o contribuinte opte pela denúncia espontânea, processo o qual o sujeito passivo procura espontaneamente pelo Fisco, e lhe dá conhecimento da infração cometida, antes do fisco verificar tal anomalia. O assunto é tratado no Artigo 138 do Código Tributário Nacional.

“Art. 138 A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração”.

A denúncia espontânea, portanto, na forma como se encontra disposta no Artigo 138 do CTN, corresponde a um mecanismo de exclusão da responsabilidade em função de cometer alguma espécie de ato ilícito tributário, inserido no campo do Direito Tributário Penal (não pagamento de impostos, emissão irregular de notas fiscais, descumprimento ou inconsistência de obrigações acessórias, etc.).

Conforme já mencionado, a obrigação acessória decorre da obrigação principal, inclusive, a última é de natureza de dar coisa certa (dinheiro aos cofres públicos), e decorre do fato de impor, e a primeira possui a natureza de obrigação de fazer (emissão de nota fiscal, por exemplo), e decorre de imposição legal.

Sendo assim, são duas obrigações independentes a partir do momento seguinte ao surgimento da chamada obrigação principal. Salientamos que a obrigação acessória descumprida transforma-se em obrigação principal e recebe o mesmo tratamento que esta. Dessa forma, uma obrigação de fazer (acessória) se transforma numa obrigação de dar (principal).

Ou seja, toda obrigação tem por objetivo estabelecer determinada união entre duas pessoas: credora e a devedora. Em direito tributário o credor será sempre uma pessoa política de direito público interno, e o devedor é denominado contribuinte.

É de extrema importância que o contribuinte entregue as obrigações acessórias, todos os tipos solicitados, no prazo estipulado pela SEFAZ, e que o imposto relativo ao ICMS seja pago corretamente, nos dias propostos pela Secretaria de Fazenda do Estado, pois como foi mostrado, no Estado do Paraná, a data de vencimento é de acordo com o final da inscrição estadual.

Ainda com relação ao pagamento do imposto, ou seja, obrigação principal é importante que o contribuinte verifique o código que será preenchido no DAE (Documento de Arrecadação do Estado), isto é o código deve corresponder

exatamente a Receita em questão, pois a SEFAZ pode não vincular o pagamento caso o código informado esteja incorreto.

O mais importante é que o contribuinte se mantenha atualizado sempre com relação à legislação fiscal pertinente ao estado de origem e de destino, quando for o caso, e assegurar o correto preenchimento e entrega das obrigações acessórias, atendendo as fiscalizações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo averiguar os principais fatores relativos à Certidão Negativa de Débitos, documento indispensável para comprovação da regularidade fiscal e cadastral do contribuinte perante as Secretarias de Fazenda dos Estados.

Apresentaram-se os quesitos a respeito da definição, legislação, obtenção, requerimento junto ao órgão competente localizado no Estado do Paraná, e óbices à emissão do documento.

Verificou-se que a obrigação tributária (principal e acessória) esta diretamente ligada à emissão deste documento, tão importante para o desenvolvimento da empresa e permanência no mercado.

Constatou-se ainda que a obrigação principal trata-se daquela em que é necessário pagar o tributo, enquanto que a acessória refere-se ao ato de informar ao Fisco quanto às operações correspondentes ao pagamento efetuado.

Pesquisou-se ainda sobre os direitos fundamentais acerca da Certidão, sua classificação, e funcionalidade e importância para os contribuintes mediante o cenário vivenciado atualmente pelas empresas.

Prontamente, verificou-se que existem três tipos de certidões, a negativa de débitos, a mais almejada pelos contribuintes tendo em vista que atesta a inexistência de débitos inscritos em nome da empresa, a positiva com efeito de negativa, a qual confirma a existência de pendências que se encontram com a exigibilidade suspensa no momento, e por fim a certidão positiva que adverte a respeito da inscrição de débitos junto à empresa.

Sendo assim, é importante que a empresa esteja atenta quanto às obrigações tributárias determinadas pela legislação vigente do Estado, pois as mesmas tem impacto direto na emissão da certidão.

6. ANEXOS

MODELO DE CERTIDÃO NEGATIVA AUTOMÁTICA – EMITIDA NO PORTAL DA SEFA – NPF 041/2012



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Receita do Estado

Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual Nº NNNNNNN-DD

Certidão fornecida para o (CNPJ/MF, CPF/MF):
Nome: com 150 posições exigidas pelo Cadastro Sincronizado

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do requerente, nesta data.

Obs.: (para CPF) Esta Certidão engloba somente pendências em nome do próprio requerente e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.


OU

(para CNPJ) Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Finalidade:

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Esta certidão tem validade até DD/MM/AAAA – Fornecimento gratuito

 <p>Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda Coordenação da Receita do Estado</p> <p>Certidão Nº. NNNNNNN-DD</p> <p>Emitida Eletronicamente via Internet</p> <p>DD/MM/AAAA - HH:MM:SS</p>
--

**MODELO DE CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA AUTOMÁTICA –
EMITIDA NO AMBIENTE RECEITA/PR – NPF 041/2012**



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Receita do Estado

Certidão Positiva
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
com Efeitos de Negativa
(Art. 206 do CTN)
Nº NNNNNNN-DD

Certidão fornecida para o (CNPJ/MF, CPF/MF):
Nome: com 150 posições exigidas pelo Cadastro Sincronizado

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos existir pendências cadastradas em nome do requerente, nesta data, as quais estão com a exigibilidade suspensa por: (termo de acordo de parcelamento adimplente; dívida ativa com depósito judicial integral; processo administrativo fiscal em prazo de/ou com reclamação/recurso/ordem judicial.)

Obs.: (para CPF) Esta Certidão engloba somente pendências em nome do próprio requerente e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

OU


(para CNPJ) Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Origem das Pendências	Quantidade	Valor em Reais
GIA/ICMS Omissa/Irregular	0	0
Inadimplência ICMS Mensal	0	0
Processo Administrativo Fiscal	0	0
Dívida Ativa	0	0
Parcelamento	0	0
IPVA	0	0
Omissão Arquivo Magnético	0	0
Total	0	0

Finalidade:

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Esta certidão tem validade até DD/MM/AAAA – Fornecimento gratuito

 <p>Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda Coordenação da Receita do Estado</p> <p>Certidão Nº. NNNNNNN-DD</p> <p>Emiteida Eletronicamente via Internet</p> <p>DD/MM/AAAA - HH:MM:SS</p>
--

MODELO DE CERTIDÃO NEGATIVA AUTORIZADA - NPF 041/2012

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
COORDENACAO DA RECEITA DO ESTADO
NW DRR - ARE:LLLLLLLLLLLLLLLLLLLLLLLLL

DD/MM/AAAA
HH:MM:SS
CHAVE

CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITOS TRIBUTARIOS E DE DIVIDA ATIVA ESTADUAL

NUMERO NNNNNNN-DD

CERTIDAO FORNECIDA PARA O (CNPJ/MF OU CPF/MF):
NOME:

RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL INSCREVER E COBRAR DEBITOS AINDA NAO REGISTRADOS OU QUE VENHAM A SER APURADOS, CERTIFICAMOS QUE, VERIFICANDO OS REGISTROS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, CONSTATAMOS NAO EXISTIR PENDENCIAS EM NOME DO REQUERENTE, NESTA DATA.

Obs.: (para CPF) ESTA CERTIDAO ENGLOBA SOMENTE PENDENCIAS EM NOME DO PROPRIO REQUERENTE E REFERE-SE A DEBITOS DE NATUREZA TRIBUTARIA E NAO TRIBUTARIA, BEM COMO AO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGACOES TRIBUTARIAS ACESSORIAS.

OU

(para CNPJ) ESTA CERTIDAO ENGLOBA TODOS OS ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA E REFERE-SE A DEBITOS DE NATUREZA TRIBUTARIA E NAO TRIBUTARIA, BEM COMO AO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGACOES TRIBUTARIAS ACESSORIAS.

FINALIDADE:

** A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDAO DEVERA SER CONFIRMADA VIA INTERNET **

www.fazenda.pr.gov.br

(ESTA CERTIDAO TEM VALIDADE ATÉ DD/MM/AAAA - FORNECIMENTO GRATUITO)

LOCALIDADE, DD/MM/AAAA

(assinatura AF) -----

(NOME DO AUDITOR FISCAL)

**MODELO DE CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA AUTOMÁTICA
NPF 041/2012**

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
COORDENACAO DA RECEITA DO ESTADO
NN DRR - ARE:LLLLLLLLLLLLLLLLLLLLLLLL

DD/MM/AAAA
HH:MM:SS
CHAVE

**CERTIDAO POSITIVA DE DEBITOS TRIBUTARIOS E DE DIVIDA ATIVA ESTADUAL
COM EFEITOS DE NEGATIVA (ART. 206 DO CTN)**

NUMERO NNNNNNN-DD

CERTIDAO FORNECIDA PARA O (CNPJ/MF, CPF/MF):
NOME:

RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL INSCREVER E COBRAR DEBITOS AINDA NAO REGISTRADOS OU QUE VENHAM A SER APURADOS, CERTIFICAMOS QUE, VERIFICANDO OS REGISTROS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, CONSTATAMOS EXISTIR PENDENCIAS CADASTRADAS EM NOME DO REQUERENTE, AS QUAIS ESTAO COM A EXIGIBILIDADE SUSPENSA POR: (TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO ADIMPLENTE; DIVIDA ATIVA COM DEPOSITO JUDICIAL INTEGRAL; PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL EM PRAZO DE/OU COM RECLAMAÇÃO/RECURSO/ORDEN JUDICIAL.)

Obs.: (para CPF) ESTA CERTIDAO ENGLOBA SOMENTE PENDENCIAS EM NOME DO PROPRIO REQUERENTE E REFERE-SE A DEBITOS DE NATUREZA TRIBUTARIA E NÃO TRIBUTARIA, BEM COMO AO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGACOES TRIBUTARIAS ACESSORIAS.

OU

(para CNPJ) ESTA CERTIDAO ENGLOBA TODOS OS ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA E REFERE-SE A DEBITOS DE NATUREZA TRIBUTARIA E NÃO TRIBUTARIA, BEM COMO AO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGACOES TRIBUTARIAS ACESSORIAS.

ORIGEM DAS PENDENCIAS	QUANTIDADE	VALOR EM REAIS
GIA/ICMS OMISSA/IRREGULAR	0	0
INADIMPLENCIA ICMS MENSAL	0	0
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL	0	0
DIVIDA ATIVA	0	0
PARCELAMENTO	0	0
OMISSAO ARQUIVO MAGNETICO	0	0
IPVA	0	0
SITUACAO IRREGULAR NO CAD/ICMS	SIM/NÃO	
TOTAL	0	0

FINALIDADE:

**** A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDAO DEVERA SER CONFIRMADA VIA INTERNET ****

www.fazenda.pr.gov.br

(ESTA CERTIDAO TEM VALIDADE ATE DD/MM/AAAA - FORNECIMENTO GRATUITO)

LOCALIDADE, DD/MM/AAAA

(assinatura AF) -----

(NOME DO AUDITOR FISCAL)

MODELO DE CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA AUTORIZADA
NPF 041/2012

ESTADO DO PARANÁ
 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
 COORDENACAO DA RECEITA DO ESTADO
 NN DRR - ARE:LLLLLLLLLLLLLLLLLLLLLLLLLLLL

DD/MM/AAAA
 HH:MM:SS
 CHAVE

CERTIDAO POSITIVA DE DEBITOS TRIBUTARIOS E DE DIVIDA ATIVA ESTADUAL
COM EFEITOS DE NEGATIVA (ART. 206 DO CTN)

NUMERO NNNNNNN-DD

CERTIDAO FORNECIDA PARA O (CNPJ/MF, CPF/MF):
 NOME:

RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL INSCREVER E COBRAR DEBITOS AINDA NAO REGISTRADOS OU QUE VENHAM A SER APURADOS, CERTIFICAMOS QUE, VERIFICANDO OS REGISTROS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, CONSTATAMOS EXISTIR PENDENCIAS CADASTRADAS EM NOME DO REQUERENTE, AS QUAIS ESTAO: (COM EXIGIBILIDADE SUSPENSÃO POR TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO ADIMPLENTE, DIVIDA ATIVA COM DEPOSITO JUDICIAL INTEGRAL, ORDEM JUDICIAL, EM PRAZO DE/OU COM RECLAMAÇÃO/RECURSO/ORDEN JUDICIAL QUANDO REFERIR-SE A PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL; EM CURSO DE COBRANÇA EXECUTIVA EM QUE TENHA SIDO EFETIVADA A PENHORA, COM CAUÇÃO AUTORIZADA PELO PODER JUDICIÁRIO.)

Obs.: (para CPF) ESTA CERTIDAO ENGLOBA SOMENTE PENDENCIAS EM NOME DO PROPRIO REQUERENTE E REFERE-SE A DEBITOS DE NATUREZA TRIBUTARIA E NÃO TRIBUTARIA, BEM COMO AO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGACOES TRIBUTARIAS ACESSORIAS.

OU

(para CNPJ) ESTA CERTIDAO ENGLOBA TODOS OS ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA E REFERE-SE A DEBITOS DE NATUREZA TRIBUTARIA E NÃO TRIBUTARIA, BEM COMO AO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGACOES TRIBUTARIAS ACESSORIAS.

ORIGEM DAS PENDENCIAS	QUANTIDADE	VALOR EM REAIS
SIA/ICMS OMISSA/IRREGULAR	0	0
INADIMPLENCIA ICMS MENSAL	0	0
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL	0	0
DIVIDA ATIVA	0	0
PARCELAMENTO	0	0
OMISSAO ARQUIVO MAGNETICO	0	0
IPVA	0	0
SITUACAO IRREGULAR NO CAD/ICMS	SIM/NÃO	
TOTAL	0	0

FINALIDADE:

** A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDAO DEVERA SER CONFIRMADA VIA INTERNET **

www.fazenda.pr.gov.br

(ESTA CERTIDAO TEM VALIDADE ATE DD/MM/AAAA - FORNECIMENTO GRATUITO)

LOCALIDADE, DD/MM/AAAA

(assinatura AF) -----

(NOME DO AUDITOR FISCAL)

MODELO DE CERTIDÃO POSITIVA - NPF 041/2012

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
COORDENACAO DA RECEITA DO ESTADO
NN DRR - ARE:LLLLLLLLLLLLLLLLLLLLLLLLL

DD/MM/AAAA
HH:MM:SS
CHAVE

CERTIDAO POSITIVA DE DEBITOS TRIBUTARIOS E DE DIVIDA ATIVA ESTADUAL

NUMERO NNNNNNN-DD

CERTIDAO FORNECIDA PARA O (CNPJ/MF OU CPF/MF):
NOME:

RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL INSCREVER E COBRAR DEBITOS AINDA NAO REGISTRADOS OU QUE VENHAM A SER APURADOS, CERTIFICAMOS QUE, VERIFICANDO OS REGISTROS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, CONSTATAMOS EXISTIR AS SEGUINTE PENDENCIAS CADASTRADAS EM NOME DO REQUERENTE, NESTA DATA.

Obs.: (para CPF) ESTA CERTIDAO ENGLOBA SOMENTE PENDENCIAS EM NOME DO PROPRIO REQUERENTE E REFERE-SE A DEBITOS DE NATUREZA TRIBUTARIA E NAO TRIBUTARIA, BEM COMO AO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGACOES TRIBUTARIAS ACESSORIAS.

OU

(para CNPJ) ESTA CERTIDAO ENGLOBA TODOS OS ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA E REFERE-SE A DEBITOS DE NATUREZA TRIBUTARIA E NAO TRIBUTARIA, BEM COMO AO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGACOES TRIBUTARIAS ACESSORIAS.

ORIGEM DAS PENDENCIAS	QUANTIDADE	VALOR EM REAIS
GIA/ICMS OMISSA/IRREGULAR	0	0
INADIMPLENCIA ICMS MENSAL	0	0
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL	0	0
DIVIDA ATIVA	0	0
PARCELAMENTO	0	0
OMISSAO ARQUIVO MAGNETICO	0	0
IPVA	0	0
SITUACAO IRREGULAR NO CAD/ICMS	SIM/NAO	
TOTAL	0	0

FINALIDADE:

**** A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDAO DEVERA SER CONFIRMADA VIA INTERNET ****

www.fazenda.pr.gov.br

(ESTA CERTIDAO TEM VALIDADE ATE DD/MM/AAAA - FORNECIMENTO GRATUITO)

LOCALIDADE, DD/MM/AAAA

(assinatura AF) -----
(NOME DO AUDITOR FISCAL)

MODELO DE REQUERIMENTO – NPF 041/2012

Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda Coordenação da Receita do Estado		REQUERIMENTO de Certidão de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual			
Agência da Receita Estadual		Município			
DADOS DO REQUERENTE	Nome				
	CNPJ/MF ou CPF/MF				
	Endereço				
	Bairro		Telefone		Fax
	Cidade		Estado		CEP
	Ramo de Atividade				
FINALIDADES	<input type="checkbox"/> Doação ou transmissão "causa mortis" de propriedade de imóvel		Descrição complementar (preenchimento obrigatório quando a finalidade for "Outros")		
	<input type="checkbox"/> Venda de imóvel				
	<input type="checkbox"/> Baixa de cadastro				
	<input type="checkbox"/> Licitação				
	<input type="checkbox"/> Financiamento				
	<input type="checkbox"/> Arrolamento ou Inventário				
	<input type="checkbox"/> Cadastro nas empresas ou órgãos públicos				
	<input type="checkbox"/> Alteração de contrato social na Junta Comercial (Decreto nº 4121/94)				
	<input type="checkbox"/> Simples verificação				
	<input type="checkbox"/> Pedido para uso de sistema de processamento de dados				
<input type="checkbox"/> Outros (obrigatório o preenchimento do quadro descrição complementar) ►					
TERMO DE RESPONSABILIDADE	Declaro, sob as penas da lei, que as informações prestadas no presente são verdadeiras, estando ciente do contido nos artigos 219 do Código Civil e 299 do Código Penal.				
Local e data					
Nome e CPF do requerente ou representante legal					
Assinatura					

CC Art. 219. As declarações constantes de documentos assinados presumem-se verdadeiras em relação aos signatários.

CP Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

Códigos da Receita - ICMS

Código	Descrição do tipo do recolhimento efetuado
1015	<u>Regime Mensal de Apuração - Recolhimento Mensal GIA/ICMS.</u>
1023	<u>Regime Individual de Pagamento.</u>
1031	<u>Regime de Microempresa - Recolhimento Mensal GIA/ICMS.</u>
1112	<u>Denúncia Espontânea de débitos não escriturado e não declarado.</u>
1210	<u>Recolhimento Antecipado - Entradas do Exterior.</u>
1228	<u>Recolhimento Antecipado - Entradas de Outros Estados</u>
1236	<u>Recolhimento Antecipado - Entradas do Estado.</u>
1244	<u>Recolhimento Antecipado - Saídas para o exterior.</u>
1252	<u>Recolhimento Antecipado - Saídas para outros Estados.</u>
1260	<u>Recolhimento Antecipado - Saídas para o Estado.</u>
1317	<u>Transporte - Recolhimento antecipado ou realizado por contribuinte não inscrito no CAD ICMS/PR.</u>
1414	<u>Diferencial de Alíquota.</u>
1511	<u>Venda efetuada por ambulante não inscrito no CAD ICMS/PR.</u>
1619	<u>Auto de Infração do ICMS.</u>
1627	<u>Dívida Ativa do ICMS.</u>
1635	<u>Parcelamento do ICMS.</u>
1716	<u>ICMS - Recolhimento sobre estoque.</u>

Dia	Finais	Regulamento do ICMS
11	1 e 2	Art. 75, XXII, "a"
12	3 e 4	Art. 75, XXII, "b"
13	5 e 6	Art. 75, XXII, "c"
14	7 e 8	Art. 75, XXII, "d"
15	9 e 0	Art. 75, XXII, "e"

7. REFERENCIAS

- AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 11 Ed. São Paulo: Saraiva 2005, p. 16.
- ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário Esquematizado**, 4ª. Ed. São Paulo: Método, 2010.
- BORBA, Cláudio. **Direito Tributário: Teoria e Questões**. Editora Elsevier.
- BRASIL. **Código Tributário Nacional**. Lei 5.172 de 25/10/1966.
- FILHO. Aurélio Pitanga Seixas. **Comentário ao código tributário nacional**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Forense, p. 504.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito Tributário**. 25ª ed. Malheiros: São Paulo, 2004. 2ª parte, cap. VI, p. 251-255.
- MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 23 ed. São Paulo: Malheiros, 2006,
- PAULO, Vicente e ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Tributário na Constituição e no STF**. Editora Método.
- RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. (Org.). Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.
- Regulamento do ICMS do Estado do Paraná disponível em: <http://www.fazenda.pr.gov.br/>.
- SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, Pilar B. **Metodologia de Pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: McGraw Hill, 2006.
- SHERER, Luciano Marcio. **Apostila Metodologia do Trabalho Científico**, aula 01, 2010.
- TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de direito financeiro e tributário**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.